



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

25/10/2008

A **Folha de S.Paulo** publica neste sábado (25/10) que a menos de dois meses para a conclusão do processo aberto contra Daniel Dantas por suposta tentativa de corrupção de um policial, o juiz Fausto Martin De Sanctis, da 6ª Vara Federal de São Paulo, proibiu o banqueiro de deixar o país sem prévia autorização judicial. De Sanctis foi o juiz que determinou, por duas vezes, a prisão de Dantas, as duas ordens foram anuladas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

Derrota presumida

O Estado de S.Paulo informa que a defesa de Daniel Dantas, já admite que a Justiça deverá considerá-lo culpado pelo crime de corrupção ativa a que responde juntamente com o ex-presidente da Brasil Telecom Humberto Braz e o lobista Hugo Sérgio Chicaroni. Os advogados do banqueiro acreditam que em instâncias superiores da Justiça poderão reverter eventual revés. “O julgamento em primeiro grau é como o primeiro tempo de um jogo de futebol”, comparou o criminalista Nélio Machado, que coordena a defesa de Daniel Dantas. “Pode estar 1 a 0 para um time, mas o outro vai lá, faz quatro gols e ganha. Então, se eu tomar gol aqui, eu vou fazer gol na frente.”

Censo sobre nepotismo

Depois da resistência de senadores e de recorrer a uma manobra jurídica para tornar mais suave a execução da súmula do nepotismo, o Senado concluiu na sexta-feira (24/10), com 86 exonerações, o “censo” de parentes de parlamentares e de servidores com cargo de chefia que ocupavam postos de confiança na Casa. Do total de demitidos, 46 são familiares de senadores. De acordo com o jornal **O Estado de S.Paulo**, o levantamento foi feito por uma comissão do Senado criada a pedido do presidente Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Máfia dos sanguessugas

A Procuradoria da República em Mato Grosso denunciou o ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e outros cinco ex-deputados federais por envolvimento com a máfia dos sanguessugas. Apontados como o “braço político” do esquema de compra superfaturada de ambulância, eles são suspeitos de crimes como formação de quadrilha, corrupção passiva, fraude em licitação e lavagem de dinheiro. A informação é da **Folha de S.Paulo**.

Propina confirmada

A **Folha** informa também que uma das advogadas do publicitário Marcos Valério, Eloá Velloso, também presa durante a Operação Avalanche, afirmou à Polícia Federal que os delegados da PF de Santos (SP) receberam propina para abrir um inquérito falso contra dois fiscais da Fazenda paulista. “Ninguém faria nada de graça”, disse.

Mal-estar no MP

Pelo menos dois promotores de Justiça apresentaram na sexta-feira (24/10) carta ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Fernando Grella, desistindo de um cargo no Gaeco, grupo de atuação especial de combate ao crime organizado. De acordo com reportagem da **Folha**, os dois promotores, que pediram anonimato, haviam sido escolhidos por Grella para substituir colegas que estavam no grupo desde a gestão dos ex-procuradores-gerais Rodrigo Pinho e Luiz Antonio Marrey, considerados “adversários”.

A decisão de Grella, de trocar 17 dos 36 promotores dos Gaecos, causou mal-estar entre alguns, que viram na medida uma iniciativa política.

Linha direta

A colunista *Renata Lo Prete*, da **Folha**, publica no Painel que a reação de deputados e senadores, que de pronto alertaram para a necessidade de ajustes na MP anticrise, tem como pano de fundo a defesa dos interesses de setores empresariais que há décadas são os principais financiadores de suas campanhas. A lista inclui construtoras, bancos, seguradoras e corretoras.

Segundo ela, pelo menos metade dos atuais deputados e senadores foi eleita com dinheiro de empreiteiras, muitas delas incomodadas com a perspectiva de ter o Estado como sócio. A saída que reivindicam para a crise são linhas de crédito e ponto final. “Esse negócio de estatizar construtoras não tem cabimento, é um retrocesso”, diz o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Crime no ABC

O promotor Antonio Nobre, do Ministério Público de Santo André, acredita que Lindemberg Alves deve ir a júri popular em um ano no máximo. Segundo ele, por ser preso em flagrante, o processo acaba sendo concluído com mais rapidez. Nobre disse que é possível que o rapaz acusado de matar Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, seja ouvido ainda em dezembro. O juiz José Carlos de França Carvalho Neto, do Tribunal do Júri de Santo André, será o responsável pelo caso. O inquérito policial foi concluído e entregue ao Ministério Público nesta sexta-feira e o promotor terá 5 dias úteis para oferecer a denúncia. A informação é do jornal **O Globo**.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-out-25/noticias_justica_direito_jornais-34/